

Trabalhadores temporários têm contratos com regras específicas

Vínculo possui caráter transitório e prazo não pode exceder limite legal de 180 dias, com extensão de até 90 dias

CAIO PRATES

DO PORTAL PREVIDÊNCIA TOTAL

O fim de ano é uma boa oportunidade para quem pretende retornar ao mercado de trabalho. A Associação Brasileira do Trabalho Temporário estima que 450 mil vagas temporárias foram criadas no último trimestre de 2024, voltadas em especial ao período de festas. Os setores com mais oportunidades são indústria (45%), serviços (25%) e comércio (10%).

No Brasil, o contrato de trabalho, como regra geral, é celebrado por prazo indeterminado. Ou seja, o empregador contrata o empregado para executar determinadas tarefas em uma jornada previamente acordada, mas sem previsão de término da relação de emprego. Entretanto, cresceu nas últimas décadas a contratação temporária, principalmente próximo de datas comerciais e comemorativas importantes, como Natal, Páscoa e Dia das Mães, entre outras.

A advogada de Direito do Trabalho Cíntia Fernandes, sócia do escritório Mauro Menezes & Advogados, explica que o contrato temporário é uma exceção à regra contratual do Direito do Trabalho, uma vez que é estabelecido por prazo certo, ou seja, sua duração é previamente estabelecida.

A Lei 6.019/74 estabelece que trabalho temporário “é aquele serviço prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de servi-



VANESSA RODRIGUES - 4/12/24

Comércio é um dos setores com mais oportunidades a trabalhadores temporários na reta final do ano no País, ao lado de indústria e serviços

ESTIMATIVA

450

mil

vagas temporárias foram criadas no último trimestre deste ano em todo o País

ços para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços”.

“As principais regras do contrato temporário são: temporariedade dos serviços, justificativa para a con-

tratação de trabalhador temporário, garantia dos direitos trabalhistas e intermediação de empresa. Conforme a lei, o contrato celebrado pela empresa de trabalho temporário e a tomadora de serviços será por escrito, ficará à disposição da autoridade fiscalizadora no estabelecimento da tomadora de serviços e conterá qualificação das partes, especificação do serviço a ser prestado, prazo para realização do serviço, quando for o caso, e valor”, destaca a advogada.

PERÍODOS

Os contratos de trabalho temporário possuem natureza transitória e prazos que não poderão exceder

180 dias, consecutivos ou não, com prorrogação de até 90 dias, também consecutivos ou não. Excedendo esse período, passa a valer o contrato de natureza indeterminada.

“Outra regra importante que vale esclarecer é que o trabalhador temporário que cumprir os períodos estipulados de 180 dias e 90 dias (prorrogação) somente poderá ser colocado à disposição da mesma tomadora de serviços em novo contrato temporário, após 90 dias do término do contrato anterior”, complementa o advogado Ruslan Stuchi.

A advogada Lariane Del Vecchio, do escritório Aith, Badari e Luchin, tam-

bém informa que o trabalhador temporário deve ter sua carteira de trabalho assinada pela empresa de intermediação e, portanto, tem garantido todos os direitos trabalhistas decorrentes da prestação de serviços.

“A empresa que tenha interesse na prestação de serviço de trabalhador temporário deverá contratar a empresa de intermediação, a qual, por sua vez, disponibilizará o empregado. O trabalhador será enviado para prestar os serviços na empresa e deverá ter o mesmo tratamento dos profissionais efetivos”.

MAIS INFORMAÇÕES PELO SITE
WWW.PREVIDENCIAOTAL.COM.BR

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP